

Alice Labarca



Reflexões acerca da Educação



Aprendemos inúmeras coisas no nosso dia a dia, ao longo de toda uma vida, assim como também ensinamos. Toda experiência é um aprendizado, pode ser em casa, na rua, na escola, na igreja, todo local é um templo do saber. Não podemos falar em apenas uma educação, mas em muitas, tanto a informal que socializa o indivíduo, como aquela formal, da escola, que nos possibilita a adquirir habilidades compatíveis para o mercado de trabalho, por exemplo. Ou seja, não há apenas um modelo a seguir ou um local em que ela seja exclusivamente praticada, pois ela está presente em toda a sociedade e de todas as maneiras possíveis. Na legislação, os dois primeiros artigos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tratam sobre isso:



Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
[...]

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O ato de educar envolve socialização, trata-se de uma relação ensinar e aprender, afinal “ninguém educa a ninguém, ninguém se educa sozinho; os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (BARREIRO, 1980, p.12). É um processo de transferência de conhecimento, ocorrendo de uma geração para outra, são rituais, métodos de trabalho, questões culturais, tudo que ajude na criação do homem e sua evolução perante o mundo.

É o passado sempre presente, a memória auxiliando nessa formação crítica, em que aqueles que sabem passam seu conhecimento para os que não sabem e, assim, as crianças e jovens vão se adequando, se ajustando a essa sociedade da qual fazem parte e agregando novos valores, multiplicando esse conhecimento para os próximos que virão.

¹Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

A socialização não é uma relação fechada, em que apenas um ensina e o outro só aprende, trata-se de uma troca de experiências, o convívio entre os indivíduos, em que cada um complementa o outro:

A relação professor/aluno não é, de maneira alguma, uma rua de mão única, onde a influência se faça em um só sentido. Ao contrário, ela é uma relação de reciprocidade, em que os adultos, transmitindo saber e juízos, não ficam imunes ao influxo dos valores que vão constituindo o universo de entendimento dos jovens. Se isto ocorre, é porque a juventude, dado o seu descomprometimento com a cultura estabelecida, é a primeira a absorver o sentido das transformações sociais. (PONTES, 1969, p. 34)

John Dewey, filósofo norte-americano (1859-1952), fala sobre essa questão da sociabilidade, a realização do indivíduo em comunhão interativa com o meio que atua, criticando o individualismo exacerbado, pois o indivíduo só toma consciência de suas experiências quando se associa com seus semelhantes. Refere-se a uma interação intencional, em que há “interesse na sua concepção, disciplina na sua execução e o resultado será a aquisição de um valor” (BARALDI, 2013, p. 63).

Essa interação pode ocorrer tanto em um espaço planejado, específico para esse fim, como a escola, seguindo uma metodologia, regras e teorias educacionais; chamamos de educação formal. E também temos a educação não-formal, ou informal, que vai além do ambiente escolar, uma aprendizagem que se preocupa que o indivíduo consiga fazer uma leitura do mundo ou que tenha um resgate de uma cultura ou até mesmo uma valorização de si próprio, partindo da ideia do conhecimento que o indivíduo já traz, sua realidade social e trabalhando para que esse conhecimento dado seja significativo em sua vida. A educação é um instrumento de mudança social e através dela que temos o desenvolvimento de uma sociedade, alterando-se valores, normas, leis, estruturas de classe e poder.



²Em O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994), Walter Benjamin discorre sobre como a experiência da arte de narrar está em baixa, pois a tradição oral foi se perdendo com a chegada do romance, deixando poesias, contos de fada, lendas e outros estilos de prosa de lado. Faz com que o indivíduo se isole e deixe de contar suas experiências ou dos demais, fazendo com que a sabedoria também se perca nesse processo.

Como a educação é uma das formas de transmissão de valores, cultura e conhecimento, o modelo atual formal não permite essa transmissão, já que se trata de um modelo rígido e, muitas vezes, precário, pois é incompetente para as camadas mais populares, acentuando e legitimando desigualdades sociais (SOARES, 1991, p. 6). Soares fala que a escola decide por assumir e valorizar a cultura dominante, considerando-a como superior, legítima, “uma atitude etnocêntrica, para a qual ser diferente das classes dominantes é inferior” (SOARES, 1991, p.15), provocando uma marginalização cultural e, conseqüentemente, o fracasso escolar.

Quando lemos na Base Nacional Comum Curricular , um documento governamental que norteia os currículos dos sistemas de ensino e as propostas pedagógicas de todas as escolas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), que a instituição escolar está aberta à pluralidade e à diversidade, tendo como foco a igualdade, vemos que o modelo formal acaba por discriminar essa diversidade e a coloca como algo inferior, deficiente.

O objetivo governamental é direcionar a educação para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, propondo uma equidade na educação, supondo que haverá uma igualdade de oportunidades no ingresso à escola e na aprendizagem, mas como falar em igualdade com tanta desigualdade social e diversidade cultural no país?

Deve-se sempre refletir que a educação é um instrumento de libertação, renovador e para o povo, capaz de causar mudanças sociais, culturais, políticas, profissionais, almejando eternamente uma evolução da sociedade. Ela é um processo contínuo, presente em todos os locais e somos todos responsáveis por ela.



A Base Nacional Comum Curricular é um documento que define o conjunto das aprendizagens essenciais da Educação Básica. Atualmente está em sua terceira versão e é fruto de amplos debates sobre a educação brasileira, que ocorreram através de seminários por todo o país, ao longo de 2016, com a participação de professores, gestores, especialistas e entidades de educação. O documento também foi analisado por especialistas nacionais e internacionais. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

Bibliografia

BARALDI, Sandro Adrian. **Dewey: A educação como instrumento para a democracia**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2013.

BARREIRO, Júlio. **Educação popular e conscientização**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: **I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1**, 2006, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MS-C0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn.

PONTES, Hélio. **Educação para o desenvolvimento: estudo crítico da administração educacional no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Atica, 1991.